

Qualidade da Educação Superior na Perspectiva da UNESCO e OCDE

Higher Education Quality on UNESCO and OCDE Perspective

Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão
josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Resumo

Este trabalho aborda conceitos e dimensões da qualidade da educação superior, tendo como fundamento documentos da UNESCO e OCDE que recomendam políticas para esse nível de ensino. Na primeira seção, apresenta definições de qualidade sintetizando o que vem sendo produzido acerca do tema pela literatura da área. Na segunda parte, são examinados documentos produzidos pela UNESCO na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2008) e na Conferência Mundial sobre Ensino Superior (2009), além da Conferência da OCDE denominada O Ensino Superior na Sociedade do Conhecimento (2008). Esta análise teve por finalidade identificar preocupações com a qualidade da educação superior. Os documentos recomendam articulação de políticas que reforcem compromisso social da educação com a finalidade de assegurar educação superior com qualidade, constituída como referência, ou seja, um processo comprometido com a universalidade do conhecimento, os valores e a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a ética e a justiça.

Palavras-chave: Qualidade. Educação superior. Gestão da educação.

Abstract

This work addresses quality's concepts and dimensions of higher education, taking as a basis documents of UNESCO and OCDE, that recommend policies to this level of education. The first section presents quality settings summarizing what has been produced on the subject in the literature. In the second part are examined documents produced by UNESCO in the Regional Conference on Higher Education in Latin America and the Caribbean (2008) and the World Conference on Higher Education (2009), besides the conference of OCDE so-called The Higher Education in Knowledge Society (2008). This analysis aimed to identify concerns with the quality of higher education. The documents recommend joint of policies that strengthen social commitment of education in order to ensure higher education with quality, incorporated as a reference, ie, a process committed with the universality of knowledge, values and cultural diversity, the sustainable development, ethics and justice.

Key words: Quality. Higher education. Education management.

Introdução

O Brasil, durante os mais de quinhentos anos de sua existência, convive com grande desigualdade social e educacional, principalmente devido ao déficit na oferta de oportunidades educacionais, que resultou em alto percentual de analfabetos e semialfabetizados, conforme apontam as estatísticas oficiais.

Diante desse quadro de déficit quantitativo, até a década de 1990 não houve preocupação com a qualidade dos processos educativos e, embora o tema tenha sido inserido na Magna Carta de 1988 – que, no parágrafo sétimo do Art. 206, incluiu com um dos princípios a ser considerados na oferta de ensino a “garantia de padrão de qualidade” –, a preocupação central continuou sendo a ampliação quantitativa especialmente do ensino fundamental dada à sua obrigatoriedade. Em relação ao referido padrão de qualidade, o tema constou na Lei de Diretrizes e Base (LDB) que o definiu como “[...] a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, Art. 4º).

A qualidade do ensino passou a constituir a agenda de debates quando as agências internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), incluíram o tema nas suas conferências internacionais devido aos baixos índices de desempenho educacional de vários países nas avaliações de larga escala, como o *Programme for International Student Assessment* (PISA), por exemplo, que é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que tem por objetivo, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010), “produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico”.

Em relação à educação superior, esse nível de ensino vem ocupando mais espaço nos debates e pesquisas e, segundo Maués (2009, p. 5), o interesse dos organismos internacionais está vinculado “à concepção utilitarista da educação como instrumento que pode promover o crescimento econômico, por meio da formação de ‘capital humano’ que possa servir, sobretudo, aos interesses do mercado”. Assim, a qualidade está ligada à ideia da formação profissional necessária para promover o desenvolvimento econômico e a autora a exemplifica com o documento da Comissão Europeia (2002) intitulado *Éducation et formation en Europe: systèmes différents, objectifs partagés pour 2010* que estipula que

“[...] a qualidade da educação e da formação seja conduzida ao nível mais elevado e que a Europa seja uma referência mundialmente conhecida pela qualidade, o valor de seus sistemas e estabelecimentos de educação e de formação” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002, apud MAUÉS, 2009, p. 6).

Diante dessas constatações, o presente trabalho, resultante de uma pesquisa bibliográfica/documental, apresenta um panorama sobre como os organismos internacionais – a UNESCO e a OCDE – abordam a temática qualidade da educação superior nos documentos emanados das suas conferências, mais especificamente da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008) e da Conferência Mundial sobre Ensino Superior

(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2009), ambas da UNESCO, e a conferência “O ensino superior na sociedade do conhecimento” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008) da OCDE. Assim, o artigo está constituído de duas seções: na primeira discute-se o conceito de qualidade e suas tipologias, já que ele é um termo multifacetado e autorreferenciado e esclarecer a sua complexidade é o objetivo da primeira parte desse trabalho. Na segunda consta uma visão panorâmica sobre como a temática qualidade da educação superior é abordada nas conferências da UNESCO e OCDE registrados nos documentos citados.

Qualidade da educação superior: complexidade e multidimensionalidade

Enguita (1995) constata que, independentemente dos seus múltiplos significados, se existe hoje uma palavra em moda no cenário educacional, essa é, sem dúvida, “qualidade”. Talvez o termo adequado, em relação ao uso inflacionário da palavra qualidade, não seja a expressão moda, e sim, prioridade. Em qualquer lugar onde se discuta educação, seja entre leigos ou especialistas, todos concordam que a qualidade da educação ou do ensino é tema prioritário.

Falar da qualidade da educação superior implica a noção da complexidade e da multidimensionalidade para evitar o uso do termo “qualidade” de modo reducionista, tomando, por exemplo, apenas um aspecto ou dimensão de um contexto como representativo do todo. Na área educacional, é preciso reconhecer a multidimensionalidade do conceito, ou seja, a qualidade de um curso ou de uma instituição não reside num aspecto, mas em várias dimensões desses contextos.

Etimologicamente, o vocábulo deriva do latim *qualitas*, que segundo Assis e Castanho (2006, p. 12) significa essência

[...] entendida como maneira de ser que afeta as coisas em si mesmas. Porque afeta as coisas em si mesmas, possui abrangência maior que a quantidade, pois se aplica às coisas materiais e imateriais. As qualidades possuem graus de intensidade (sadio, mais sadio); por isso, podem ser expressas em número, mas nunca reduzidas a eles.

Os dicionários, por sua vez, definem qualidade como o conjunto de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência. Assim, qualidade implica a ideia de comparação: poder-se-ia dizer que um objeto tem qualidade se suas características permitem afirmar que é melhor que aqueles objetos que não as possuem ou que não as possuem em igual grau (FERREIRA, 1995).

O dicionário Houaiss conceitua qualidade como propriedade que determina a essência ou a natureza de um ser ou coisa. Trata-se de característica superior ou atributo distintivo positivo que faz alguém ou algo sobressair-se em relação a outros. Segundo o autor, numa perspectiva mais filosófica, qualidade é uma categoria fundamental do pensamento que determina as propriedades ou características de alguma realidade, sensível de percepção, e que não possa ser mensurada ou geometrizada (HOUAISS, 2009).

Na busca de um conceito para qualidade, o Projeto Observatório - Indicadores de Qualidade para a Educação Superior Brasileira, desenvolvido pela Rede Sulbrasileira de Investigadores de Educação Superior (RIES) (REDE SUL BRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2006), expressa uma síntese significativa:

[...] um processo e um produto, um registro da memória coletiva de um sistema ou de uma única instituição. É um exercício de reflexão e autorreflexão, de matematização e abstração de indicadores tomados em base concreta. Resultado de um processo interativo envolvendo vários atores de diferentes visões disciplinares para construir um determinado percurso que visa tornar o futuro presente.

Para ampliar essa análise, Demo (2001) entende que qualidade converge com a ideia de bem-feito e completo, sobretudo quando o termo se aplica à ação humana. Nesta condição, qualidade é o toque humano na quantidade. O autor refere-se à qualidade como a dimensão de intensidade de algo em dualidade com a quantidade, que é a dimensão de extensão.

A expressão "qualidade" admite, então, uma variedade de interpretações, ou seja, o seu significado inclui diferentes dimensões: aceitação, reprovação, comparação, realidade social, cidadania, inclusão e transformação. Definir qualidade significa pensar de forma abrangente e multidimensional, mas também social e historicamente situada, considerando uma realidade específica e um contexto concreto. A qualidade é, portanto, autorreferenciada, porque pressupõe um sujeito ou uma comunidade que aceite determinados padrões como desejáveis e, em relação à sociedade brasileira, isso implica em dificuldades para a definição de parâmetros de qualidade, já que se trata de um cenário marcado por desigualdades regionais, estaduais, municipais, locais e um grande número de redes e normas nem sempre articuladas. É um processo multifacetário porque envolve questões de ordem teórica, profissional, atitudinal, valorativa e contextual, sociocultural e política (ISAIA; BOLZAN, 2008).

No campo educacional, o que seria uma educação de qualidade? Rios (2006, p. 68-70) adverte que no termo "qualidade" está implícita a ideia de algo bom, o que leva a crer que a expressão "educação de qualidade" signifique boa educação. Dessa forma,

[...] quando se fala em educação de qualidade, está se pensando em uma série de atributos que teria essa educação. A qualidade, então, não seria um atributo, uma propriedade, mas consistiria num conjunto de atributos, de propriedades que caracterizariam a boa educação.

De acordo com Demo (2001), educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares quanto a que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária; ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou, ainda, a que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Essa última concepção de educação de qualidade é expressa também por Rays (2000, p. 90) que assim se posiciona:

Uma educação de qualidade engloba, na organização de seu processo de desenvolvimento o passado, o presente e o futuro das necessidades concretas do homem e da sociedade coletiva. Uma educação de qualidade não pode se preocupar com a preparação e reprodução, em série, de

trabalhadores [...]. As mudanças educacionais não podem ser exclusivamente de mão de obra qualificada, principalmente quando essa qualificação vai privilegiar apenas o reino da mais-valia.

O alcance do que se almeja como qualidade da educação vincula-se aos diferentes espaços, sujeitos e processos formativos em seus diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas, bem como à trajetória histórico-cultural e ao projeto de nação que, ao estabelecer diretrizes e bases para o seu sistema educacional, indica o horizonte jurídico normativo em que a educação se efetiva ou não como direito social.

Quanto às tipologias, Morosini (2001) destaca três concepções de qualidade originadas em experiências internacionais e que têm servido de exemplo à realidade brasileira, denominadas de isomorfismo, diversidade e equidade. No isomorfismo, a qualidade é tida como padronização que se reflete em práticas de avaliação, expressas no ranqueamento e em programas de ensino voltados à “empregabilidade” e articulados à lógica de mercado - tendência forte em algumas áreas do conhecimento. A segunda concepção está ligada ao conceito de diversidade (instituição, curso, região, cultura etc.), buscando não mais a imposição de um padrão único, mas respeito às especificidades. A terceira concepção, relacionada à equidade, vem ganhando espaço em território europeu e reconhece a qualidade segundo uma visão crítico-transformadora de educação.

Em direção à concepção denominada equidade, Libâneo (2006, p. 90), apresenta uma redefinição do conceito de qualidade numa pedagogia emancipatória, enfatizando que

Educação de qualidade é aquela em que a escola promove para todos os domínios de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas necessárias ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania (inclusive como poder de participação), tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Demo (2001, p. 14), por sua vez, distingue qualidade formal e qualidade política. A primeira é definida como “habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento”, referindo-se, portanto à qualidade da educação enquanto meio, enquanto a segunda está vinculada às finalidades da educação e entendida por ele como “condição básica à participação do indivíduo, relacionando-se a fins, valores e conteúdos”.

O autor também distingue, em relação às instituições educacionais, os conceitos de qualidade acadêmica, social e educativa. A primeira está ligada à capacidade de produção original de conhecimento da qual depende intrinsecamente a docência. A qualidade social refere-se à capacidade da instituição identificar-se com comunidade local e regional, e com relação ao problema do desenvolvimento, enquanto que a qualidade educativa relaciona-se como formação da elite, no sentido educativo.

Decorrente dessas posições dos autores conclui-se que, de maneira especial na educação superior, educação de qualidade é uma expressão polissêmica porque seu significado está intrinsecamente ligado ao contexto em que é utilizada, ou, nas palavras de Morosini (2008, p. 3-6), a concepção de qualidade depende a quem é dirigida e por quem é definida. É um construto imbricado ao contexto das sociedades e, conseqüentemente, aos paradigmas de entendimento da sociedade e do papel da educação superior na construção de uma sociedade.

A educação superior de qualidade envolve dimensões extra e intraescolares e, para mensurá-la, devem ser considerados os diferentes sujeitos, a dinâmica pedagógica, o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, locais e regionais, ou seja, os processos ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, e os diferentes fatores extraescolares que interferem nos resultados educativos.

Qualidade da educação: movimentos/preocupações expressas nas conferências da UNESCO e OCDE

Nessa seção são analisados os documentos resultantes das conferências da UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008, 2009) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008) que trataram da educação superior para identificar como eles tratam o tema “Qualidade da Educação Superior”.

Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe – CRES 2008

A Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe foi realizada de 4 a 6 de junho de 2008, na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caraíbas (IESALC) vinculado a UNESCO, e Ministério da Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, México, Espanha e da Venezuela. O evento reuniu em torno de 3500 membros da comunidade acadêmica da região e, segundo consta na Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008), contribuiu para identificar as principais demandas da América Latina e do Caribe com a perspectiva da Conferência Mundial de Educação Superior, que foi realizada em 2009 e suscitou ideias que fundamentam e impulsionam a consolidação, expansão e crescente qualidade, e pertinência da educação superior na região.

Os resultados da Conferência, segundo a Declaração, apontam para a necessidade de maior integração regional nos campos da investigação científica e da formação de recursos humanos qualificados; adoção de instrumentos de promoção da inclusão social (de gênero, étnica e dos portadores de necessidades especiais); crescimento dos sistemas de educação superior em cada país, não apenas em número, mas em formas alternativas, capazes de cumprir a missão de democratizar o conhecimento e expandir o número de vagas; o incentivo à cooperação entre os diversos segmentos sociais, destinada a estimular a efetiva transferência do conhecimento para a sociedade; implementação de efetivos instrumentais de cooperação, a fim de evitar a fuga de capital humano ou de “cérebros” da América Latina e do Caribe (transferência para países desenvolvidos); e respeito à autonomia universitária e apoio governamental à educação superior.

Analisando as referências que a Declaração (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008, p. 3-6) contém em relação à qualidade da educação superior, constata-se que nela o termo foi mencionado vinte vezes e demonstra inquietações com o processo de formação

profissional, manifestadas de forma direta e indireta e que se encontram expressas da seguinte maneira:

- a) “os Estados, as sociedades nacionais e as comunidades acadêmicas devem garantir princípios básicos para a formação dos cidadãos e cidadãs, de forma pertinente e de qualidade”;
- b) “as políticas educacionais nacionais precisam constituir a condição necessária para favorecer o acesso a uma educação superior de qualidade”;
- c) “[...] tanto o setor público quanto o privado estão obrigados a outorgar uma Educação Superior com qualidade e pertinência, razão pela qual os governos devem fortalecer os mecanismos de reconhecimento que garantam a transparência e a condição de serviço público;
- d) os Estados da América Latina e do Caribe devem promover as leis e os mecanismos necessários para regular a oferta acadêmica, especialmente a transnacional, em todos os aspectos-chaves de uma educação superior de qualidade;
- e) diante das demandas da sociedade para a educação superior, as instituições devem crescer considerando a diversidade, flexibilidade e articulação e garantindo o acesso e a permanência em condições equitativas e com qualidade, integrando todos os setores sociais;
- f) “as tecnologias de informação e comunicação devem contar com pessoal idôneo, experiências validadas e um estrito controle da qualidade para ser um recurso positivo de expansão geográfica e temporal do processo ensino-aprendizagem”;
- g) “a educação superior deve ter responsabilidade na formação de professores de qualidade para todo o sistema educativo, assim como na consolidação da pesquisa pedagógica e produção de conteúdos educativos”;
- h) a formação e capacitação permanente do corpo docente, assim como as condições laborais e regimes de trabalho, salário e carreira profissional tornam efetiva a qualidade no ensino e na pesquisa;
- i) a qualidade da educação superior está vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade. O desenvolvimento das capacidades científicas, tecnológicas, humanísticas e artísticas com qualidade evidente e rigorosa deve estar vinculado a uma perspectiva de sustentabilidade;

O documento, em que pese o fato de fazer diversas referências ao termo qualidade, não o define. Os trechos reproduzidos são indicativos que sugerem a necessidade de articulação, de forma criativa e sustentável, de políticas que reforcem o compromisso social da educação, sua qualidade e pertinência e a autonomia das instituições formadoras. Essas políticas devem projetar uma educação superior que tenha como meta alcançar maior cobertura social com qualidade, equidade e compromisso com as pessoas, induzindo o desenvolvimento de alternativas e inovações nas propostas educativas, na produção e transferência de conhecimentos e aprendizagens. Para isso é preciso que os Estados constituam as condições necessárias para favorecer o ensino de qualidade, mediante estratégias e ações consequentes.

De acordo com as conclusões da Conferência, a educação superior tem clara responsabilidade na formação de profissionais, assim como na consolidação da pesquisa e produção de conhecimentos. Os Estados devem garantir a educação de qualidade para todos, desde a educação básica até a superior, através do desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa nos programas de pós-graduação. É preciso reconhecer o corpo docente, garantindo formação, capacitação permanente, adequadas condições laborais e regimes de trabalho, salário e carreira profissional que permitam tornar efetiva a qualidade no ensino e na pesquisa.

Isso exige impulsionar o processo de formação de profissionais caracterizado pela:

- a) indagação dos problemas em seus contextos;
- b) produção social dos conhecimentos;
- c) trabalho conjunto com as comunidades;
- d) pesquisa científica e humanística fundada em problemas percebidos, soluções para o desenvolvimento do país ou da região e da população;
- e) criação de uma consciência cidadã, sustentada nos direitos humanos e na diversidade cultural e;
- f) trabalho de extensão que enriqueça a formação e colabore na identificação de problemas para o desenvolvimento de pesquisas.

A partir desses posicionamentos, destaca-se que a Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008) apresenta preocupações com a qualidade, anunciando um movimento que inclui relação qualidade da educação e desenvolvimento social, qualidade docente e desenvolvimento de pesquisa, ensino e aprendizagem dos alunos, riscos do uso das tecnologias de informação e comunicação na formação de qualidade de profissionais, como formar bons profissionais, desenvolvimento sustentável da sociedade e formação de qualidade, trabalho interdisciplinar e integralidade da formação e melhoria da qualidade, dentre outras manifestações.

A análise da Declaração da CRES (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008) permite perceber um alargamento da concepção de qualidade, que envolve compromissos e comportamentos característicos do ser humano, fundados em diferentes teorias, métodos e juízos de valor. Trata-se, então, de qualidades da educação superior, não de qualidade em um sentido unívoco, capaz de abarcar de maneira simplista um objeto multifacetado. São contribuições significativas que precisam ser consideradas no delineamento da qualidade, ratificando-se que não se trata de uma qualidade homogeneizada, mas de várias qualidades que refletem os anseios da sociedade, adequados aos respectivos cenários e às determinadas finalidades por ela estabelecida.

Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social

A Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 foi realizada no período de 05 a 08 de julho de 2009 na cidade de Paris – França e contou com a participação de mais de mil integrantes de setenta países. Seu objetivo, segundo consta no sítio da IESALC - UNESCO, era promover um acordo internacional para transformar o

ensino superior em um ponto fundamental na criação de conhecimento e no avanço em direção a um futuro mais inclusivo e orientado em direção ao desenvolvimento.

Conforme consta no comunicado resultante da conferência, a educação superior deve ser uma questão de responsabilidade e suporte econômico dos governos, sendo força maior na construção da sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado, avançando em pesquisa, inovação e criatividade.

Da análise daquele documento se constata preocupações/movimentos em relação à qualidade da educação, já que o termo nele foi referenciado vinte e seis vezes destacando contribuições que podem promover a qualidade do processo de formação universitária. Vale a pena, apesar da extensão, transcrever algumas dessas dimensões:

- a) a aplicação da modalidade de educação à distância e as tecnologias da informação e comunicação para ensinar e aprender deve ampliar o acesso à educação de qualidade;
- b) é necessário estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação, assim como promover a qualidade cultural dentro das instituições;
- c) critérios de qualidade devem refletir todos os objetivos da educação superior, notavelmente o propósito de cultivar o pensamento crítico e independente nos estudantes e a capacidade de aprender por toda a vida;
- d) a qualidade do ensino superior requer o reconhecimento da importância de se atrair e reter uma equipe de ensino e pesquisa comprometida, talentosa e qualificada;
- e) a globalização da educação superior deve beneficiar a todos, proporcionando igualdade de acesso e de sucesso, promovendo a qualidade e respeitando a diversidade cultural, bem como a soberania nacional;
- f) maior cooperação regional é desejável nas áreas de reconhecimento de qualificações, garantia de qualidade, governança, pesquisa e inovação;
- g) para a qualidade e a integridade do ensino superior, é importante que a equipe de acadêmicos tenha oportunidades de pesquisa e bolsa de estudos e;
- h) a manutenção e o aumento do investimento no ensino superior sustentam a qualidade e a igualdade e promovem a diversificação no fornecimento e nos meios de seu financiamento.

Examinadas de forma conjunta, essas manifestações podem contribuir na construção de dimensões de qualidade no processo de formação na educação superior. É possível perceber que a qualidade de um processo educativo não pode ser aferida num único momento, nem tomada sob uma só medida.

Apontar a modalidade de educação à distância e as tecnologias da informação e comunicação como potencial para ampliar o acesso à educação de qualidade requer uma análise mais aprofundada. A utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pode ser condição necessária, mas não suficiente, para proporcionar educação de qualidade e, do ponto de vista pedagógico, é fundamental o reconhecimento de que as TICs colocam novos desafios para o trabalho dos docentes.

Outra dimensão desse documento que merece destaque diz respeito à necessidade do cultivo do pensamento crítico e independente nos estudantes e da capacidade de aprender por toda a vida como critério de qualidade. Na educação superior essa dimensão é fundamental e demanda novos desafios, dos quais um é a melhoria da organização do processo ensino-aprendizagem, estruturando atividades de ensino, pesquisa e aprendizagem inovadoras que possam dar conta das novas necessidades educacionais dos alunos e professores. Para isso, é preciso estimular a inovação e a diversidade.

Atividades inovadoras não devem ser vistas como uma mudança qualquer. A inovação deve ser concebida como mudança deliberada e conscientemente assumida, visando a melhoria da ação educativa. Ao tratar da educação, inovação e professor universitário, Castanho (2000, p. 76) destaca que a

Inovação é a ação de mudar, alterar as coisas, pela introdução de algo novo. Não se deve confundi-la com invenção (criação de algo que não existia) ou com *descoberta* (ato de encontrar o que existia e não era conhecido). A inovação consiste na aplicação de conhecimentos já existentes [...]. Inovar consiste em introduzir novos modos de atuar em face de práticas pedagógicas que aparecem como inadequadas ou ineficazes.

Para Enricone (2006, p. 43), “[...] a inovação aparece como mudança concreta e delimitada, envolve a ideia de modificação do que existe ou da forma de realizá-la. A inovação implica revisão e transformação e pode incluir a ideia de revisão continuada”.

Segundo Cardoso (1999), inovação não é simples renovação, pois implica ruptura com a situação vigente, mesmo que seja temporária e parcial. Inovar significa trazer à realidade educativa algo efetivamente “novo”, ao invés de renovar, que implica fazer aparecer algo sob um aspecto novo, não modificando o essencial. Essa característica distintiva também é apontada por Cunha (2001, p. 128) “[...] não é possível pensar os processos inovativos sem levar em conta seu caráter histórico-social. Eles se constroem num tempo e espaço e não podem ser percebidos como mera produção externa, nem ingenuamente como algo espontâneo e independente”.

Inovação, portanto, também é um tema multifacetado. Perspectivas são apresentadas e as abordagens existentes compõem, na realidade, um conjunto heterogêneo que possibilita concluir quão variada pode ser a leitura desse conceito. Quando se pensa em educação superior, entretanto, o que se entende pelo termo e como se dá a sua efetivação, é necessário considerar de antemão um ambiente de formação, de troca de experiências, de aprendizado mútuo e que, fundamentalmente, visa ao desenvolvimento de processos educativos.

O conceito de inovação é, pois, mais rico e abrangente do que os conceitos de mudança, renovação ou de reforma. De forma sintética, Cardoso (1999) anuncia algumas de suas características essenciais: a inovação pedagógica traz algo de “novo”, ou seja, ainda não estreado; é uma mudança intencional e bem evidente; exige um esforço deliberado e conscientemente assumido; requer a ação persistente; tenciona melhorar a prática educativa; o processo pode ser avaliado e requer componentes integrados de pensamento e de ação.

Esses atributos da inovação pedagógica dependem de ação consciente, planejada e crítica dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, especialmente do professor. A implantação de processos educacionais inovadores requer intencionalidade e clareza de propósitos. Não se trata apenas de mudança de

intenções, condutas ou lugares. Supera a ideia de renovação por almejar rupturas que estabelecem novas finalidades educacionais à serviço de mudanças significativas na sociedade.

Aliado ao estímulo à inovação e à diversidade se encontra a ideia de inserir no processo formativo o desenvolvimento de pesquisa, constituindo-se em atividade do conjunto das propostas que apareceram recentemente na tentativa de incrementar a formação. A adoção de ocorrências de pesquisa ou iniciação à pesquisa vem sendo recomendada com ênfase pelos autores como Demo (1997); Lüdke (2001); Schön (1992); Zabalza (2004); Zeichner (1993).

Considerada pelos participantes da Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 como dimensão que promove a qualidade dos processos educativos, a constituição de equipe de ensino e pesquisa comprometida, talentosa e qualificada, que proporciona aos alunos oportunidades de pesquisa, significa condição primordial para operacionalizar a dimensão da pesquisa na educação superior. Para essa tarefa, o maior obstáculo está em “superar a visão unilateral de considerar como pesquisa apenas seus estágios sofisticados, representados pelos produtos solenes do mestre ou do doutor”, e no argumento equivocado de que pesquisa é específica de pós-graduação (DEMO, 1997, p. 10). Outro aspecto a ser enfrentado é a “primazia do ensino sobre a pesquisa no âmbito das universidades, deixando aos docentes pesquisadores pouca disponibilidade de tempo para a pesquisa e orientação” (ALVES-MAZZOTTI, 2001, p. 40).

Conferência mundial: O Ensino Superior na Sociedade do Conhecimento

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um organismo econômico internacional composto por 32 países. Define-se como um fórum de países comprometidos com a democracia e a economia de mercado, oferecendo um cenário para comparar experiências políticas, buscando respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e coordenação das políticas nacionais e internacionais de seus membros. A maioria dos seus membros são países de economias de alta renda com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerados desenvolvidos (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008).

A OCDE realizou em Lisboa, em 03 de abril de 2008, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Educação de Portugal, uma conferência internacional para divulgação do relatório que contou com a participação de 24 países, desenvolvido entre os anos 2004 e 2008 no qual realizou um exame temático sobre ensino superior. Desse trabalho resultou o relatório final “O Ensino Superior na Sociedade do Conhecimento”, estudo comparativo sobre políticas de “educação terciária” que fornece uma investigação internacional aprofundada sobre os diversos aspectos da política de “educação terciária ou ensino superior” – governança, financiamento, garantia de qualidade, igualdade, investigação e inovação, carreira acadêmica, ligações com o mercado de trabalho e internacionalização. Sua preocupação específica diz respeito às políticas que garantem que as capacidades do ensino superior contribuem para os objetivos econômicos e sociais (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008).

Analisando o resumo do documento (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2008, p. 4), publicado em língua portuguesa,

é possível perceber manifestações com a qualidade da educação superior que merecem ser destacadas:

- a) o reconhecimento geral de que o ensino superior é um fator importante de competitividade econômica no contexto de uma economia mundial cada vez mais dependente do conhecimento tornou a elevada qualidade do ensino superior mais importante que nunca.
- b) reformas importantes estão sendo implementadas nos sistemas de ensino superior para incentivar as instituições a sensibilizarem-se com às necessidades da sociedade e da economia. Espera-se que a educação terciária contribua para a igualdade, garanta a qualidade e seja eficaz.
- c) o desenvolvimento de sistemas oficiais de garantia de qualidade é uma das tendências mais significativas que afetaram os sistemas de ensino superior nas últimas décadas. Desde o início da década de 1980, a qualidade tornou-se um tema central nas políticas do ensino superior.
- d) na gestão do ensino superior, a maioria dos países enfrenta o desafio de aumentar as taxas de participação nesse nível de ensino e, simultaneamente, melhorar a qualidade e alcançar um nível sustentável de apoio financeiro.
- e) muitos países se encontram em fase de transição de um foco na quantidade para maior ênfase da qualidade, coerência e igualdade do ensino superior.
- f) para vencer esses desafios e melhorar a qualidade da educação superior, a OCDE sugere uma série de opções políticas para os países:
- g) elaborar um quadro de garantia de qualidade compatível com os objetivos do ensino superior;
- h) desenvolver forte cultura de qualidade no sistema e realçar a qualidade interna dos mecanismos de garantia de qualidade;
- i) assegurar que a avaliação externa da garantia de qualidade tenha função de aconselhamento à medida que o sistema ganha maturidade, mas manter componentes externos fortes em alguns contextos;
- j) alinhar os processos de garantia de qualidade aos perfis próprios de cada instituição de ensino superior;
- k) evitar a fragmentação da estrutura dos organismos de garantia de qualidade.

Apesar de existirem importantes diferenças e tradições nos 24 países que participaram nesse exame, algumas prioridades políticas são compartilhadas. De todas as sugestões de políticas para a educação superior merece destaque a necessidade de se colocar ênfase na qualidade.

Seguindo orientações da OCDE, para criar um compromisso nacional de qualidade é importante definir o objetivo do sistema de garantia de qualidade e que as expectativas estejam alinhadas com a estratégia de ensino superior.

No relatório final, se percebem inquietações sobre a qualidade da educação superior que convergem para um conceito de qualidade vinculado à definição dos objetivos da educação superior. Os objetivos são consistentes, atendem às aspirações da formação da pessoa humana e aos anseios da sociedade, constituindo-se em suportes para a educação com qualidade. Os cursos e atividades de uma instituição de ensino superior terão qualidade se estimularem a criação cultural e o

desenvolvimento econômico e social do país. A qualidade da educação está atrelada a um projeto de desenvolvimento social que pode assumir características distintas no tempo e no espaço.

O fundamento das práticas de qualidade nos projetos e processos de educação superior é garantir continuamente melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

A qualidade da educação superior, para a OCDE, é referenciada quando são abordadas a regulação das políticas educacionais, a universalização (quantidade x qualidade), a expansão e a política de avaliação da educação superior, a acessibilidade, a relação qualidade da educação e crescimento econômico, dentre outras manifestações direcionadas a questões específicas, e não menos relevantes, que necessitam ser consideradas quando se busca analisar a qualidade do processo de formação na universidade.

Considerações finais

Para se buscar uma definição para qualidade é preciso pensar de forma abrangente e multidimensional, bem como social e historicamente situada, a partir da realidade específica e de contextos concretos. Sendo conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, qualidade se encontra vinculada às demandas e exigências sociais de dado processo e como afirmam Cunha; Fernandes; Pinto (2008, p. 109), “a sua compreensão incorpora uma dimensão ética e estética e, principalmente uma dimensão axiológica”.

Dos documentos produzidos pela UNESCO e pela OCDE é possível destacar que a qualidade do processo formativo não pode ser aferida num único momento, nem tomada sob uma só medida. É preciso que se pondere o processo antes, durante e após a sua conclusão.

Os documentos recomendam articulação de políticas que reforcem o compromisso social da educação com a finalidade de assegurar educação superior com qualidade, constituída como referência, ou seja, um processo comprometido com a universalidade do conhecimento, os valores e a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a ética e a justiça. Deve, igualmente, se solidarizar e se comprometer com a sociedade em todas as suas dimensões - econômica, social, política e cultural -, mediante a formação de profissionais competentes e criativos, de pesquisas e de projetos de compromisso social e cultural, capazes de contribuir para o desenvolvimento integral sustentável da sociedade.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 39-50, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a02n113.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; CASTANHO, Maria Eugênia de L. e M. Educação, Inovação e o professor universitário. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acesso em: 28 de jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

CARDOSO, A. P. P. de O. A receptividade à inovação e a formação dos professores. **Revista Electrónica Interuniversitária de Formación del Profesorado**, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em <<http://www.uva.es/afop/publica/revefpp/99-v9n1.htm>>. Acesso em 25 mar. 2012.

CASTANHO, Maria Eugênia de L. M. Professores e Inovações. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000, p. 75-92.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações: conceitos e práticas. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Orgs.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001, p. 125-152.

CUNHA, Maria Isabel da; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza; PINTO, Marialva Moog. Qualidade e ensino de graduação: o desafio das dimensões epistemológicas e éticas. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e qualidade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.109-124.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. 2. ed. Petrópolis, 1995, p. 93-110.

ENRICONE, Délcia. **A docência na educação superior**: sete olhares. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss; Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

ISAIA, Silvia Maria de A.; BOLZAN, Dóris Pires Vargas. Formação docente: em busca de indicadores de qualidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e qualidade na universidade**. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 2008, p. 510-525.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: PIMENTA, Selma G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

- LÜDKE, Menga (Org.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2001.
- MAUÉS, Olgaíses. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, v. 20, n. 44, p. 473-492, 2009.
- MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/06.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2010.
- _____. Internacionalização da educação superior e qualidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e qualidade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 250-267.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **O ensino superior na sociedade do conhecimento**. Paris, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/3/63/41319243.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- RAYS, Oswaldo Alonso. **Educação e ensino**. Santa Maria: Palotti, 2000.
- REDE SUL BRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Núcleo de Excelência em Ciência, Tecnologia & Inovação em Educação. CNPq/FAPERGS. **Indicadores de qualidade para a educação superior brasileira**. Porto Alegre, 2006.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 77-92.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris, julho de 2009. Disponível em: <<http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- _____. Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe. **Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe**. Cartagena de Índias, junho de 2008. Disponível em: <www.iesalc.unesco.org.ve/dmdocuments/declaracaocres_portugues.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2010.
- ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário. Seu cenário e protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ZEICHNER, Keneth. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.